

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022
EXCLUSIVO ME E EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS E UNIDADE ACOLHEDORA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E INÍCIO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 03/02/2022

HORÁRIO: 08h30min (Horário de Brasília)

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para a abertura das propostas comerciais.

SÍTIO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

NOME DA UASG: FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER

CÓDIGO UASG: 929011

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na internet, no site www.pmjm.mg.gov.br, telefone (31) 3851 1558, na sede da Fundação Municipal Crê-Ser, Rua Palmas, n.º 214 – Bairro Baú, João Monlevade, 35.930-468 ou pelo sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br

ESCLARECIMENTOS: licitacao.creser@gmail.com

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília

EDITAL - REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA ME / EPP

PROCESSO: Processo Licitatório nº 01/2022

MODALIDADE: Pregão Eletrônico 01/2022

TIPO: Menor Preço por item

SOLICITANTE: Fundação Municipal Crê-Ser

DATA: 03/02/2022

HORÁRIO: 08h30min (Horário de Brasília)

LOCAL: www.gov.br/compras

1-PREÂMBULO

A Fundação Municipal Crê-Ser, representada pela Diretora Executiva, Sr.ª Helenita Pinto Melo Lopes, torna público, que se acha aberta, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Leis Complementares 123/06, 147/14 e 155/16, Decreto Municipal nº 123/2020 e alterações, Decreto Federal 10.024/19, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no local, dia e hora acima mencionados.

2- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento e anexos que dele fazem parte.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br quando serão credenciados os representantes das empresas licitantes e recebidos a documentação e proposta. Será conduzido pelo Pregoeiro **Heládio José da Silveira** com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. Na ausência ou impedimento do Pregoeiro indicado no item anterior, este pregão deverá ser conduzido por Pregoeiro (a) oficialmente capacitado e nomeado para este fim.

Integram o presente Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo Proposta Comercial

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
ANEXO IV – Minuta de Contrato.

3. DO OBJETO

3.1. O presente pregão tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS E UNIDADE ACOLHEDORA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

3.2. As quantidades descritas são estimativas para fornecimento pelo período de 12 (doze) meses, com entregas em períodos alternados e quantidades definidas de acordo com as necessidades da Fundação Municipal Crê-Ser. **O presente procedimento não obriga a Fundação Municipal Crê-Ser a aquisição total do objeto.**

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Pregão as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, legalmente constituídas e em consonância com a Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, cadastradas no SICAF, nível básico que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica e que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos

4.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico conforme Decreto Municipal 123/2020 e Decreto Federal nº 10.024/19, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.4. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor.

4.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por

terceiros.

4.6. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique a incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.8. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico conforme Decreto Municipal 123/2020 e Decreto Federal nº 10.024/19.

4.9. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Fundação Municipal Crê-Ser, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.10. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar o processo no sítio eletrônico www.pmjm.mg.gov.br e/ou www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data de abertura dos envelopes. Alterações e avisos que se fizerem necessários serão disponibilizados nestes sites para conhecimento dos interessados.

4.11. **Este pregão é exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, em consonância com a Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

4.11.1. **A comprovação de que o licitante se enquadra na condição de ME/EPP se dará mediante apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial de sua sede OU Declaração de Enquadramento de ME/EPP devidamente arquivada na Junta Comercial OU documento equivalente para as pessoas jurídicas registradas em Cartório.**

4.11.2 **O documento a ser apresentado deve ser inserido via sistema, juntamente com os documentos de habilitação, concomitantemente com a inserção da Proposta Comercial.**

4.11.3 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão

apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

4.11.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Fundação Municipal Crê-Ser, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

4.11.4.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Fundação Municipal Crê-Ser convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.12. A simples participação dos interessados nesta licitação implica na aceitação plena por parte da proponente dos termos deste Edital, bem como de toda legislação federal e estadual pertinente às contratações públicas decaindo do direito de impugnar os seus termos a empresa que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder o início da sessão.

4.13. Para este edital, deverão participar apenas as empresas que estão enquadradas na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;

4.13. É vedada a participação de empresa:

- a) concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera de Governo e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93;
- c) suspensão de licitar junto ao Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, autarquias e Fundações do Município;
- d) cujos sócios, diretores, representantes ou procuradores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;
- e) estrangeiras que não funcionem no País;

f) que possuam em seu quadro as pessoas de que trata o artigo 9º da Lei 8.666/93;

4.14. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, estando apto a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

c) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

d) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

e) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;

g) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Declaração de Proposta Independente.

h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregado executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

i) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às

regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.14. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição exigida neste Edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei penal, com a comunicação do fato à Autoridade Policial competente/órgão do Ministério Público, bem como às cominações sancionadoras deste Edital e da Lei Federal nº 10.520/2002.

4.15. As declarações somente serão visualizadas pelo pregoeiro na Fase de Habilitação.

4.16. Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

5- DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição detalhada dos produtos e o valor, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9 Ao cadastrar a proposta o licitante deverá incluir obrigatoriamente:

a) Valor unitário até duas casas decimais e valor total do item;

b) Descrição do objeto contendo informações detalhadas e procedência dos produtos cotados inclusive marca.

5.10. O prazo para fornecimento: conforme condições previstas no Termo de Referência mediante recebimento da AF – Autorização de Fornecimento emitida pela Fundação Municipal Crê-Ser;

5.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante, para todos os efeitos legais.

5.12. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, administrativos, securitários, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento do bem ou na prestação dos serviços.

5.13. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los as suas expensas a fim de fornecer o bem;

5.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, vinculam juridicamente a licitante, sendo de sua exclusiva responsabilidade, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.15. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.16. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **máximo em 30 (trinta) minutos**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

6.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

6.2. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

6.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca e procedência, vinculam a Contratada.

6.3 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações contidas no edital e anexos e na sua proposta cadastrada no COMPRASNET;

6.4. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

6.5. A proposta deverá indicar a Razão Social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, número da Conta Corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos devidos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 - A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF e/ou dos documentos de habilitação especificados neste Edital.

7.1.1 - Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para a abertura da sessão pública.

7.1.2 - As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema COMPRASNET.

7.1.3 - É dever do licitante, atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.2 - A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da documentação abaixo relacionada:

7.2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Alvará Sanitário em vigor.

7.2.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de Firma Individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial e, tratando-se de Sociedade por Ações, acrescentar os documentos de eleição de seus Administradores, dispensados caso estes já tenham sido apresentados na fase de credenciamento;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Certificado/Cadastro de microempreendedor individual no caso de MEI.

7.2.3. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal em certidão única, abrangendo todos os tributos federais e as contribuições sociais/ previdenciárias, consoante as disposições previstas na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014 alterada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.821 de 17/10/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII–A da consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943. Alteração do artigo 29 da Lei 8666/93, conforme (Lei 12.440 de 07/07/2011).

7.2.3.1. Considera-se regular as certidões “**positivas com efeito de negativa**”;

7.2.4. Qualificação Econômico-Financeira

7.2.4.1. Certidão Negativa de Falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de até 90 (noventa) dias;

7.2.4.2. Balanço Patrimonial e DRE, correspondente ao último exercício social encerrado, na forma a seguir:

7.2.4.2.1. Tratando-se de Sociedade Anônima, publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, acompanhado das respectivas demonstrações de Conta de Resultados. No caso de sociedades civis, o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados na forma da legislação civil competente;

7.2.4.2.2. Os tipos societários não sujeitos à Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar cópias autenticadas do referido Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, em cópias das folhas do Livro Diário, contendo termos de abertura e encerramento, tempestivamente assinados pelo representante legal da empresa e profissional de contabilidade habilitado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por Índices Oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.2.4.2.3. Os tipos societários obrigados à Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar cópias autenticadas do referido Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, tempestivamente assinados pelo representante legal da empresa e profissional de contabilidade habilitado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por Índices Oficiais quando

encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, juntando a estes os seguintes documentos, também referentes ao último exercício social encerrado:

- I. Cópia do Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- II. Cópias dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- III. Cópias do Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

7.2.4.2.4. As empresas recém-constituídas que não completaram um exercício social deverão apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil de abertura, assinados por profissional legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, devidamente registrados na Junta Comercial. O Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício registrados/autenticados eletronicamente através de processamento digital deverão apresentar comprovação das assinaturas digitais do contabilista/contador e do proprietário/sócio/administrador da empresa por meio de certificação digital.

7.2.4.3. A comprovação da boa situação financeira do concorrente será avaliada pelo Índice de Liquidez Geral (ILG), e de liquidez corrente (ILC), maior ou igual a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ou, mediante comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado da licitação.

ILG – maior ou igual a 1.

ILC - maior ou igual a 1.

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

$$\text{PC}$$

7.2.4.3.1. Nos termos do § 5º do artigo 31, Lei 8666/93, os índices de liquidez são exigidos, considerando-se que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa proponente tenha no seu ativo, no mínimo R\$ 1,00 ou 10% do patrimônio líquido mínimo, como forma de garantia de cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

7.3 - Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema COMPRASNET poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

7.3.1 - Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de compras da Fundação Municipal Crê-Ser, rua Palmas, n.º 214, bairro Baú, João Monlevade – MG, CEP

7.3.2 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.5. As certidões obtidas pelos sites oficiais deverão ter sua autenticidade verificada nos sites dos órgãos expedidores.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado no preâmbulo deste Edital.

8.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

9.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

9.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.1.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.2 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.3. Para fins de classificação das propostas, será considerado o **MENOR PREÇO ITEM**.

10 - FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

10.2 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

10.3 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

10.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.7 - Se ocorrer desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7.1 - No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio utilizado para divulgação.

11 - MODO DE DISPUTA

11.1 - Neste Pregão será adotado o modo de **disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019 e Decreto Municipal 123/2020.

11.2 - A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.3 - O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no **mínimo, R\$ 10,00 (dez reais), no valor total do item** tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

11.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se á automaticamente.

11.5 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.6 - Os licitantes, a qualquer momento, após finalizada a disputa, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro em campo próprio do sistema, por meio do “chat”.

11.6.1 - Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos em campo próprio do sistema.

11.6.2 - Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”.

12. DO TRATAMENTO DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS E EPP.

12.1. Encerrada a etapa de lances, no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13 – NEGOCIAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor

proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

13.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.3. Para fins de aceitação do preço final obtido na fase de lances serão avaliados os valores estimados neste edital.

14 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1. A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, no prazo de **30 (trinta) minutos**, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema COMPRASNET, nos termos estabelecidos no capítulo VI.

14.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto e com o capítulo V deste edital.

14.2.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Fundação Municipal Crê-Ser ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.2.2. O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

14.2.2.1. Quando necessário, o Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos.

14.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

14.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

14.5. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

14.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

15 – HABILITAÇÃO

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

15.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme definido capítulo VII deste edital.

15.3. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema COMPRASNET, juntamente com a proposta reformulada.

15.3.1. Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, deverão, mediante solicitação do Pregoeiro, ser enviados juntamente à proposta adequada ao último lance.

15.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

15.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.7. Impugnado algum documento pelos demais licitantes, o detentor do menor preço deverá produzir prova de sua exatidão, em prazo a ser definido pelo Pregoeiro para cumprimento da diligência.

15.8 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante

poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

16.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido importará a decadência do direito de recurso e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

16.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

16.5. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos franqueada aos interessados.

16.6. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

16.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.8. A decisão acerca das impugnações e dos recursos interposto será publicada na imprensa oficial do município e no site da Associação Mineira de Municípios - AMM, de modo a todos os interessados acompanhem as decisões.

16.9. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Edital deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço de e-mail: licitação.creser@gmail.com

17.2. Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro via e-mail e disponibilizados através do sítio do Município www.pmjm.mg.gov.br ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

17.3. Até (03) três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá

impugnar o ato convocatório do presente Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, conforme prevê o art. 23 do Decreto n.º 10.024/2019 e Decreto Municipal 123/2020 e alteração.

17.4. Caberá ao Pregoeiro, que poderá ser auxiliado pelo setor jurídico e áreas técnicas, decidir sobre a impugnação no prazo de (02) dois dias úteis.

17.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18. DO RECURSO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação serão custeadas com recursos fonte 100 ao valor estimado de R\$ 258.805,00 (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinco reais) empenhados na dotação do orçamento vigente, com estimado dividido nas seguintes fichas orçamentárias: R\$ 71.352,10 (setenta e hum mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dez centavos) na ficha 22 e R\$ 187.452,90 (cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos) na ficha 45, ambas do orçamento vigente.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Homologado o resultado da licitação e respeitada ordem de classificação, será formalizada a Ata de Registro de Preços que depois de cumpridos os requisitos de publicidade terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

19.2. A Fundação Municipal Crê-Ser, por meio do Setor de Compras, convocará formalmente o licitante vencedor informando o local, data e hora para a assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato;

19.3. Salvo motivo justificado e aceito pela Fundação Municipal Crê-Ser, o licitante decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, se não comparecer para a assinatura da Ata de Registro de Preços e do Contrato;

19.4. Na assinatura da Ata será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência;

19.5. Caso o licitante vencedor não faça a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente recusar-se a assinar a Ata, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada

ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita negociação, assiná-la, sem prejuízo das multas previstas neste edital e demais cominações legais;

19.6. Firmada a Ata de Registro de Preços entre o licitante vencedor e a Fundação Municipal Crê-Ser seus signatários passarão a denominar-se: **Fornecedor Registrado e Órgão Gerenciador**, respectivamente;

19.7. A Ata poderá ser firmada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, devidamente munido, respectivamente, de procuração ou contrato social e cédula de identificação do(s) licitante(s) vencedor(s);

19.8. Ao firmar a Ata, o Fornecedor Registrado, quando solicitado pelo Órgão Gerenciador, obriga-se ao fornecimento dos itens a ele adjudicados;

19.9. A ARP terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, vedado os acréscimos nos quantitativos fixados nesta, de que trata o § 1º do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

19.9.1. A ata de registro de preços durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador;

19.10. A ARP não obriga à Fundação Municipal Crê-Ser a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência;

19.11. A Comissão de Registro de Preços avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento dos preços, publicando, trimestralmente, os preços registrados;

19.12. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o setor gerenciador negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da Ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória;

19.13. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada na Fundação Municipal Crê-Ser, dirigida à Comissão de Registro de Preços;

19.14. O fornecedor, antes de ser receber as AF's – Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, ou no ato de recebimento destas, poderá requerer ao setor gerenciador, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio

econômico-financeiro, nos termos da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

19.14.1. Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o fornecedor ficará exonerado da aplicação de penalidade.

19.15. Cancelados os registros, a Fundação Municipal Crê-Ser poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

19.16. Não havendo êxito nas negociações, e não existindo outros preços registrados a Fundação Municipal Crê-Ser revogará a ARP;

19.17. O gestor da ARP deverá realizar o controle dos fornecimentos, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação;

19.18. A Fundação Municipal Crê-Ser não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na Ata ou Termo de Referência.

20. DO REGISTRO DE PREÇOS DOS FORNECEDORES

20.1. A Fundação Municipal Crê-Ser, órgão gestor, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidas as solicitações, quando necessário;

20.1.1. Serão registrados os preços de todos os classificados que concordarem com o registro ao valor do primeiro classificado;

20.2. O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste Edital;

20.3. Quando comprovada a hipótese acima descrita, a Fundação Municipal Crê-Ser convocará obedecida ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP;

21. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

21.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste edital caberão à Comissão Gerenciadora nomeada para este fim, que determinará o que for necessário para regularizar falhas, faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal;

21.2. Fica reservado à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste edital e anexos, e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a Fundação Municipal Crê-Ser ou modificação na contratação;

21.3. O Fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhes todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

21.4. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do Fornecedor Registrado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante a Fundação Municipal Crê-Ser ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em co-responsabilidade da Fundação Municipal Crê-Ser ou de seus prepostos, devendo, ainda, o Fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, procederem ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

22. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO E ÓRGÃO GERENCIADOR

22.1. São obrigações do licitante fornecedor:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços;
- b) Não subcontratar o objeto da presente licitação sem o consentimento prévio da Fundação Municipal Crê-Ser, o qual, caso haja, será dado por escrito;
 - b.1) A adjudicatária responde, solidariamente, pelos atos praticados pela firma subcontratada, relacionados com o objeto deste edital;
- c) Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
- d) Realizar entrega dos produtos, objeto deste, com os deveres e garantias constantes dos Anexos deste Edital;
- e) Credenciar junto à Fundação Municipal Crê-Ser funcionário (s) que atenderá (ão) às solicitações do objeto deste pregão;

f) Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

22.2. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- b) Designar o (s) gestor (es) de contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual e para atestar o recebimento dos produtos, conforme definido do presente edital;
- c) Emitir as Autorizações de Fornecimentos, à Contratada, para o seu endereço ou através de email;
- d) Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento, fixando-lhe, prazo para corrigi-la;
- e) Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- f) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;
- g) Fiscalizar a execução da contratação, o que não cessa ou diminui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- h) Rejeitar todo e qualquer produto em desconformidade com as especificações do edital;
- i) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- j) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

23. DO FORNECIMENTO

23.1. Os fornecimentos serão feitos mediante AF's – Autorizações de Fornecimento, encaminhadas pela Fundação Municipal Crê-Ser, de acordo com necessidades do mesmo, conforme especificações do item constante do termo de referência, respeitada a ordem de registro dos fornecedores.

23.2. O prazo e o local de atendimento será o descrito nas condições de fornecimento, constantes do **Termo De Referência** anexo, mediante (Autorização de Fornecimento) encaminhada pela Fundação Municipal Crê-Ser.

24. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

24.1. Decorrido o prazo de conferência 5 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante a Fundação Municipal Crê-Ser, o pagamento será efetuado, por processo legal, em até 15 (quinze) dias após o recebimento do documento fiscal, devidamente atestado pelo gestor da Ata de RP;

24.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

24.3. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

24.4. O pagamento devido pela Fundação Municipal Crê-Ser será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

24.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento do objeto contratado;

24.6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará a Fundação Municipal Crê-Ser, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

24.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada;

24.8. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da ata;

24.9. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, conforme previsão na alínea "d", artigo 65, da Lei 8666/93.

24.10. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa da contratante, o valor devido poderá ser atualizado monetária e financeiramente desde a data de vencimento da fatura válida, até a data do efetivo pagamento, tendo como base, os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.960 de 29/06/2009).

25. DA REVOGAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

25.1. O fornecedor poderá ter o seu registro de preços revogado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

25.2. A revogação do seu registro poderá ser:

25.2.1. A pedido do próprio FORNECEDOR, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

25.2.2. Por iniciativa da Fundação Municipal Crê-Ser, quando:

- a) O fornecedor registrado não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) O fornecedor registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público devidamente, motivada e justificada;
- d) O fornecedor registrado não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) O fornecedor registrado não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nas solicitações dela decorrentes.

25.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Fundação Municipal Crê-Ser fará a devida apostila na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro, caso haja.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

26.2. Fica assegurado à Fundação Municipal Crê-Ser, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo, e no interesse da Fundação, revogar a presente licitação no todo ou em parte;

26.3. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

26.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Fundação Municipal Crê-Ser;

26.5. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Pregão;

26.6. A reunião de abertura da presente licitação poderá ser adiada ou transferida para outra data, mediante prévio aviso;

26.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

26.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Fundação Municipal Crê-Ser, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

26.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta;**

26.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

26.11. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos processuais, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento das demais;

26.12. A Fundação Municipal Crê-Ser poderá, até a assinatura da ATA ou recebimento da Nota de Empenho, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal e trabalhista da licitante;

26.12.1. Caso não existam mais fornecedores com preços registrados, para os mesmos itens, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação;

26.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos;

26.14. Em casos de divergência entre código CATMAT no COMPRASNET e especificação constante deste Termo de Referência deste Edital, considera-se a especificação do termo de referência do Edital.

26.15. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos, conforme artigo 63 da Lei 8.666/1993;

26.16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro ou submetidos a parecer da Procuradoria Jurídica do Município

26.17. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente de João Monlevade - MG, com exclusão de qualquer outro.

João Monlevade, 19 de janeiro de 2022.

HELÁDIO JOSÉ DA SILVEIRA
Pregoeiro

NÁDIA COTTA GUIMARÃES
Diretora Executiva da
Fundação Municipal Crê-Ser

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

O presente termo objetiva definir as especificações e condições mínimas para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à Fundação Municipal Crê-Ser, de forma a resguardar-se no que diz respeito à qualidade e, conseqüentemente, garantir uma alimentação adequada às crianças e adolescentes atendidas nos Núcleos Comunitários e Unidade Acolhedora por um período de 12 (doze) meses.

2. DESCRIÇÃO / QUANTIDADE / R\$ ESTIMADO

Em casos de divergência entre código CATMAT no COMPRASNET e especificação constante deste Termo de Referência, considera-se a especificação deste Termo.

| ITEM | DESCRIÇÃO: | UND: | QUANT. ESTIMADA UNIDADE | QUANT. ESTIMADA NÚCLEOS | QUANT. ESTIMADA TOTAL | R\$ MÉDIO ESTIMADO | R\$ TOTAL ESTIMADO |
|------|--|------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|
| 1 | ACHOCOLATADO 01 KG - achocolatado em pó vitaminado deverá ser obtido de matérias primas limpas isentas de matérias terrosas de parasitas detritos animais cascas de semente de cacau e outros detritos vegetais aspecto: pó homogêneo cor próprio do tipo cheiro característico e sabor doce próprio com umidade máxima de 3% ingredientes: açúcar cacau em pó solúvel e sal refinado não contém glúten - embalagem de 1kg | UND | 200 | 720 | 920 | 10,08 | 9.273,60 |
| 2 | AÇUCAR CRISTAL 05 KG - açúcar cristal 05 kg: nacional de primeira qualidade; obtido da cana-de-açúcar; com aspecto, cor, cheiro próprios, sabor doce ; com teor de sacarose mínimo de 99%p/p e umidade máxima de 0,3% p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em saco plástico, atóxico, contendo informação nutricional, validade mínima de 11 meses a contar da data de entrega. | PCT | 300 | 800 | 1100 | 19,52 | 19.520,00 |
| 3 | AMENDOIM 500 GRS - amendoim cru, com casca, em grãos. subgrupo selecionado, classe clara. embalagem de plástico transparente contendo 500g. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. data de fabricação e validade impressas na embalagem. | PCT | 20 | 200 | 220 | 19,16 | 4.215,20 |

| | | | | | | | |
|---|--|-----|-----|-----|-------------|--------------|------------------|
| 4 | AMIDO DE MILHO - 1KG amido de milho-pó fino, branco inodoro e insípido; contendo cerca de 27% de amilose de amilopectina . de vera apresentar teor maximo de cinzas de 0,2 %, teor máximo de umidade de 14% pp, acidez máxima de 2,5 % v/p e 84% p/p de amido . não deverá apresentar impurezas visíveis ou sujidades. embalagem primaria de pacotes de polieteno, pesando 01 kg indelével, atóxicos, resistentes, hermeticamente selados, com informações nutricionais e ingredientes identificação de seu fabricante e ou componentes , validade mínima 12 meses apos data de fabricação | UND | 250 | 350 | 600 | 9,58 | 5.748,00 |
| 5 | ARROZ AGULHINHA TIPO 01 C 05KG - arroz, beneficiado e polido do tipo 1,deverá se apresentar em bom estado de conservação ;isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substancias nocivas a saúde. características organolépticas; aspecto: grãos, cor: característica; odor: característico ;sabor: característico. deverá apresentar-se com grãos inteiros e cozimento uniforme. Acondicionado em saco plástico transparente contendo informação nutricional, atóxico, limpo, não violado, resistente; embalagem secundaria-fardo lacrados.com validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega . | PCT | 300 | 840 | 1140 | 20,59 | 23.472,60 |
| 6 | BATATA PALHA 300 GRS FRESCA - batata palha, pacote de 300 gramas, fina, sequinha e crocante. produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralado tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal isento de ácidos graxos trans. | PCT | 200 | 350 | 550 | 8,66 | 4.763,00 |
| 7 | BICARBONATO DE SÓDIO - Bicarbonato de sódio de boa qualidade em embalagem contendo classificação do produto marca do fabricante data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega - embalagem com 80 grs | UND | 25 | 0 | 25 | 1,59 | 39,75 |
| 8 | BISCOITO CREAM CRACKER -1,5 kg biscoito tipo cream cracker :ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico, gordura vegetal hidrogenada, margarina vegetal, amido de milho, açúcar invertido, sal refinado, fermento biológico, de sódio, aromatizante, estabilizante, melhorador de farinha. o produto a ser entregue deverá estar identificado na embalagem, devendo constar rotulagem de acordo com a legislação vigente. prazo mínimo de validade de 6 meses de validade e data de fabricação de até 30 dias , embalagem de 1,5 kg. | UND | 100 | 400 | 500 | 20,65 | 10.325,00 |



| | | | | | | | |
|----|---|-----|-----|-----|-------------|--------------|------------------|
| 09 | BISCOITO DOCE 1,5 KG - biscoito doce tipo rosquinha de coco, a base de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, leite de coco, coco ralado, sal, aroma artificial de coco. serão rejeitados biscoitos malcozidos, queimados e de características organolépticas anormais. embalagem: embalagem de 1,5 kg | UND | 100 | 400 | 500 | 19,03 | 9.515,00 |
| 10 | CAFE MOIDO E TORRADO 500GRS - café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo ou almofada standig pack, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon em menor percentual, tipo tradicional, ponto de torração claro ou médio. validade mínima de 12 meses da data de fabricação, selo de pureza da associação brasileira da indústria de café (ABIC) ou na ausência deste, apresentação de laudo emitidos por laboratórios credenciados junto ao ministério da saúde e/ou ministério da agricultura. a embalagem deverá conter todas as informações técnicas exigidas na descrição acima e, na ausência dessas informações deverá apresentar a ficha técnica do produto. pacote de 500g. | PCT | 400 | 700 | 1100 | 16,00 | 17.600,00 |
| 11 | CANELA EM PÓ -40 GRS - canela em pó de boa qualidade, em embalagem contendo classificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega. embalagem 40 grs | UND | 10 | 100 | 110 | 5,32 | 585,20 |
| 12 | CANJICA GROSSA- 500 GRS canjica de milho branca, embalada em embalagem de plástico transparente contendo 500g. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. data de fabricação e validade impressas na embalagem. | PCT | 10 | 250 | 260 | 4,51 | 1.172,60 |
| 13 | CANJQUINHA 1 KG - canjiquinha amarela, produzida com grãos selecionados, isentos de matéria terrosa, parasitas, larvas e sujidades. indústria brasileira. embalagem com identificação e especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade. deverá seguir as especificações de rotulagem de acordo com a legislação federal específica. embalagem plástica transparente atóxica, de 1 kg. | PCT | 50 | 300 | 350 | 4,45 | 1.557,50 |
| 14 | CHÁ MATE TOSTADO - 250 GRS - chá mate tostado, caixa com 250 gramas, erva mate queimado constituído de folhas novas; de espécimes vegetais genuínos ligeiramente tostados e partidos; de cor verde amarronzada escura; aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de sujidades e | CX | 250 | 720 | 970 | 7,66 | 7.430,20 |

| | | | | | | | |
|----|--|-----|-----|------|-------------|--------------|-----------------|
| | larvas. | | | | | | |
| 15 | CHOCOLATE GRANULADO produto obtido de matéria prima de primeira qualidade, isento de sujidades. acondicionado em embalagem atóxica de 1 kg, identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. | UND | 100 | 200 | 300 | 17,66 | 5.298,00 |
| 16 | CORANTE 1 KG - pó fino de cor vermelho alaranjado homogêneo, constituído por fuba de milho, pigmento de urucum, óleo de soja e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor do produto; contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. deverá conter a validade mínima de 06 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação. registro ms. embalagem 1000g. | UND | 100 | 200 | 300 | 11,74 | 3.522,00 |
| 17 | CREME DE LEITE- 200 GRS - creme de leite; o produto lácteo relativamente rico em gordura retirada do leite por procedimento tecnologicamente adequados; que apresenta a forma de uma emulsão de gordura em água, não é permitida a adição de nenhum aditivo ou coadjuvantes para o creme pasteurizado -embalagem contendo 200 gramas. | UND | 200 | 500 | 700 | 3,10 | 2.170,00 |
| 18 | DOCE DE LEITE PASTOSO - doce de leite pastoso - 500 grs deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. o leite empregado deverá apresentar-se normal e fresco. não poderá conter substâncias estranhas a sua composição normal além das previstas na nta 56. como coadjuvante da tecnologia de fabricação será tolerado o emprego de amido na dosagem máxima de 2% será proibido adicionar ao doce de leite gorduras estranhas, geleificantes ou outras substâncias, embora inócuas. | UND | 100 | 150 | 250 | 9,49 | 2.372,50 |
| 19 | EXTRATO DE TOMATE 340 GRS SACHE extrato de tomate, concentrado, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação, acondicionada em sachês de 340 grs limpos, íntegros, resistentes. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. | UND | 350 | 1440 | 1790 | 2,26 | 4.045,40 |

| | | | | | | | |
|----|--|-----|-----|------|-------------|-------------|------------------|
| 20 | FARINHA DE MANDIOCA - 1 KG -farinha de mandioca : produto obtido das raízes de mandioca sadias, devidamente limpas, isento de insetos, materiais estranhos não podendo estar úmido. grupo seca, subgrupo fina, classe branca, tipo 1;embalagem atóxica, intacta, não violada, contendo informações sobre o produto, informação nutricional, prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega . | PCT | 150 | 720 | 870 | 4,98 | 4.332,60 |
| 21 | FARINHA DE TRIGO - 1 KG farinha de trigo - 1 kg nacional de primeira qualidade. Obtida do trigo moído, limpo, desgeminado; cor branca isenta de sujidades, parasitas e lavras; livre de fermentação ;mofo, materiais terrosos, acondicionada em embalagem plástica ,atóxica,nao violada, com informação nutricional, validade mínima de 05 meses a contar da data de entrega; pacote 01 kg | PCT | 300 | 800 | 1100 | 4,18 | 4.598,00 |
| 22 | FEIJAO CARIOQUINHA TIPO 1 - feijão carioquinha tipo 1, novo, constituído de grãos são, isento de material terroso, mofo, sujidades e mistura de outras variedades e especiais. acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, com informação nutricional e prazo de validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. pacote 01 kg . | PCT | 450 | 1080 | 1530 | 7,67 | 11.735,10 |
| 23 | FERMENTO EM PÓ DE 250 GRS produto formado da substancia ou mistura de substancias químicas em pó que pela influência do calor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. embalagem contendo 250 gramas. | UND | 150 | 500 | 650 | 6,82 | 4.433,00 |
| 24 | FUBÁ - 1 KG fubá de milho -fabricado a partir do grão de milho são limpo, moído, de cor amarela, com aspecto, cor ,cheiro e sabor próprios ; com ausência de umidade, fermentação, ranço; isento de sujidades, matéria terrosa e parasitas e larvas; validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega; acondicionado em saco plástico transparente; atóxico, com informação nutricional. | PCT | 200 | 900 | 1100 | 4,15 | 4.565,00 |
| 25 | GELATINA EM PÓ -35 GRS pó para preparo de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante ácido cítrico, aromatizantes artificiais de sabores diversos.com ausência de sujidades, parasitos e larvas. composição nutricional contendo carboidrato, proteína, zero gorduras totais-bem -35 grs | CX | 100 | 0 | 100 | 0,99 | 99,00 |

| | | | | | | | |
|----|--|-----|-----|------|-------------|--------------|------------------|
| 26 | IORGUTE POLPA DE FRUTAS, BANDEJA COM 6 UNIDADES - logurte com Polpa de Frutas: logurte líquido com polpa de frutas; sabores diversos; bandeja de 540g, contendo identificação do produto, fabricante, prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de fabricação, composição nutricional e peso líquido. Suas condições deverão estar de acordo com a Resolução 273/05 da Anvisa/MS. | BDJ | 720 | 0 | 320 | 3,89 | 2.800,80 |
| 27 | LEITE CONDENSADO - leite condensado, constituído de leite padronizado, açúcar e lactose. embalado em lata de 395g rotulada com papel impresso, de 1ª qualidade. | UND | 200 | 500 | 700 | 5,36 | 3.752,00 |
| 28 | LEITE EM PÓ INTEGRAL 400 G - leite em pó integral, solúvel, instantâneo, acondicionado em embalagem de polipropileno com aproximadamente 400 grs. produzido a partir de matérias sãs e limpas, ausente de corpos estranhos, sem adição de soro de leite, enriquecido de Vitaminas A,C,D, riboflavina b2,piridoxina b6,cobalamina b12,niacina pp, ácido fólico b9,minerais:ferro ,iodo e zinco, sódio e cálcio, carboidratos, proteínas, gorduras não contem glúten com registro no ministério agricultura | PCT | 250 | 600 | 850 | 14,42 | 12.257,00 |
| 29 | LEITE INTEGRAL 01 LT - leite integral contendo 12 caixas de boa qualidade. a embalagem deve conter marca da fabricante data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 meses; caixa com 12 unidades contendo 01 lt cada unidade. embalado em caixa (01) litro multilaminada, cartonada, asséptica, impermeável ao ar, luz e microrganismos, tipo tetra pack. | CX | 10 | 100 | 110 | 41,79 | 4.596,90 |
| 30 | MACARRÃO MASSA COMPRIDA C OVOS - 500 GRS macarrão massa comprida c/ ovos - 500 grs: deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos ;admitindo umidade máxima de 13% ;acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, com informação nutricional, com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega. pacote 500 grs . | PCT | 300 | 1440 | 1740 | 3,68 | 6.403,20 |
| 31 | MACARRÃO MASSA CORTADA C OVOS - 500 GRS macarrão massa cortada c/ ovos - 500 grs: deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos; admitindo umidade máxima de 13%acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, com informação nutricional; com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega. pacote de 500 grs. | PCT | 300 | 1440 | 1740 | 3,68 | 6.403,20 |

| | | | | | | | |
|----|--|-----|-----|------|-------------|-------------|------------------|
| 32 | MAIONESE 500 GRS - mistura industrializada de vinagre ou suco de limão em óleo vegetal refinado, acrescida e emulsificada com gemas de ovos, homogeneizado, contendo ainda sal, açúcar e condimentos. a embalagem deverá conter 500g, com data de fabricação, prazo de validade e nº de lote. | UND | 200 | 350 | 550 | 5,12 | 2.816,00 |
| 33 | MARGARINA VEGETAL 500G margarina vegetal 500g; margarina c/sal com 60% a 80%de lípidos. apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis- devesa conter validade no produto. | UND | 300 | 850 | 1150 | 6,88 | 7.912,00 |
| 34 | MILHO PARA PIPOCA 500G - milho para pipoca tipo 1 preparados com matérias-primas sãs limpas isentas de matérias terrosas e parasitos e de detritos animais ou vegetais com no máximo de 15% de umidade. Embalagem 500 grs. Deverá conter na embalagem data de validade | PCT | 150 | 500 | 650 | 4,06 | 2.639,00 |
| 35 | MILHO VERDE 200GRS - milho verde de boa qualidade em conserva, lata ou sachê, em embalagem contendo marca do fabricante, data de fabricação, com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega. embalagem 200 grs | UND | 350 | 350 | 700 | 2,81 | 1.967,00 |
| 36 | MISTURA PARA BOLO - 400 GRS mistura para preparo de bolos: mistura para o preparo de bolo com leite e ovos. sabores diversos; validade 12 meses a partir da data de fabricação. embalagem de 400 grs, contendo marca e dados nutricionais. | PCT | 350 | 720 | 1070 | 3,85 | 4.119,50 |
| 37 | OLEO DE SOJA 900ML óleo de soja 900 ml: obtido de espécie vegetal; isento de ranço e substancias estranhas; validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; acondicionado em embalagem apropriada, não violada, com informação nutricional; suas condições deverão estar de acordo com a nta-50 (decreto 12.486 de 20/10/78) unidade de frasco 900 ml | UND | 500 | 1800 | 2300 | 9,15 | 21.045,00 |
| 38 | ORÉGANO 10 GRAMAS - oregano 10 grs- folhas secas, obtido de espécimes vegetais genuinos, graos saos e limpos, de coloracao verde pardacenta, com cheiro aromático e sabor proprio, isento de sujidades e materiais estranhos a sua especie, acondicionado em saco plastico transparente, atoxico plastico hermeticamente vedado. | PCT | 15 | 0 | 15 | 2,49 | 37,35 |
| 39 | POLVILHO AZEDO - 1 KG Polvilho azedo de boa qualidade em embalagem contendo marca do fabricante data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 (seis) | UND | 250 | 350 | 600 | 7,82 | 4.692,00 |

| | | | | | | | |
|----|--|-----|-----|-----|------------|--------------|-----------------|
| | meses da data de entrega - embalagem 01 kg | | | | | | |
| 40 | QUEIJO - Queijo tipo canastra com registro no SIF ou SISP produto elaborado unicamente com leite de vaca com aspecto de massa semi-dura cor branco creme homogênea cheiro próprio sabor suave levemente salgado próprio Fornecedor conforme quantitativo da NAF | KG | 60 | 0 | 60 | 42,93 | 2.575,80 |
| 41 | SAL REFINADO- 1 KG - sal refinado-iodado, no mínimo, 96,95 % de cloreto de sódio e sais de iodo, acondicionados em saco polietileno resistente e vedado, contendo informação nutricional; com validade de no mínimo 10 meses a contar da data de entrega. características organolépticas; aparências; cristais de granulação uniforme, não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor branca; sabor; característica salino. | PCT | 200 | 400 | 600 | 1,34 | 804,00 |
| 42 | SUCO CONCENTRADO CAJÚ 1L - suco concentrado, sabor caju, embalado em garrafa pet de 500ml. composição mínima: água, suco de fruta concentrado e integral. pasteurizado e homogeneizado, não fermentado e não alcoólico. não deve conter glúten, tampouco adição de açúcar. a embalagem deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, lote, número do registro no ministério de agricultura, pecuária e abastecimento (mapa). validade mínima de 6 meses. aceitáveis como conservantes: metabissulfito e benzoato de sódio; acidulante: ácido cítrico; estabilizante: goma xantana. | UND | 100 | 500 | 600 | 4,86 | 2.916,00 |
| 43 | SUCO CONCENTRADO GOIABA 1L - suco concentrado, sabor goiaba, embalado em garrafa pet de 500ml. composição mínima: água, suco de fruta concentrado e integral. pasteurizado e homogeneizado, não fermentado e não alcoólico. não deve conter glúten, tampouco adição de açúcar. a embalagem deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, lote, número do registro no ministério de agricultura, pecuária e abastecimento (mapa). validade mínima de 6 meses. aceitáveis como conservantes: metabissulfito e benzoato de sódio; acidulante: ácido cítrico; estabilizante: goma xantana. | UND | 100 | 500 | 600 | 6,68 | 4.008,00 |
| 44 | TEMPERO PRONTO ALHO E SAL - 1 KG tempero pronto alho e sal de boa qualidade em embalagem contendo marca do fabricante data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega sem pimenta valor | UND | 50 | 400 | 450 | 6,72 | 3.024,00 |

| | | | | | | | |
|----|--|-----|-----|-----|------------|-------------|-----------------|
| | nutricional em 5g: 1g de carboidrato máximo de 5mg colesterol 1685mg de sódio - embalagem 1kg | | | | | | |
| 45 | VINAGRE 750 ML vinagre 750 ml: produto obtido exclusivamente a partir do fermentado do vinho branco. acondicionado em frasco plástico, com tampa não violada, hermeticamente fechado, contendo informação nutricional. validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega. unidade de fornecimento: frasco de 750 mL . | UND | 200 | 600 | 800 | 2,06 | 1.648,00 |

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 As entregas serão realizadas no Almoxarifado da Fundação Municipal Crê-Ser, situado à Rua Palmas, n.º 214, Bairro Baú, João Monlevade, MG, CEP 35930-468, no horário de 07:30 às 10:30 e de 13:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira.

3.2 - O recebimento dos materiais se fará por funcionário do local, designado para esse fim, com competência para conferir, receber; aceitar e ou rejeitar os produtos entregues;

3.4- Produtos em desacordo com a especificação, quantidades da embalagem e marcas cotadas, serão recusados no ato do fornecimento, devendo ser substituídos no prazo de até 48 horas, isto, devidamente notificado, como condição para recebimento definitivo do documento fiscal e liberação para quitação deste;

3.5- Caso a substituição não ocorra no prazo solicitado, o documento fiscal será devolvido para alteração das quantidades e produtos efetivamente fornecidos e relatório de ocorrência encaminhado para a Fundação Municipal Crê-Ser para aplicação de sanções previstas no edital;

3.6- Serão observadas as exigências com relação à gramatura, especificação, embalagem e acondicionamento para todos os produtos solicitados.

3.7 - As mercadorias serão conferidas no ato do recebimento, sendo que os produtos que não atenderem às especificações e critérios técnicos serão devolvidos sem ônus para o Contratante;

3.8 - Em caso de devolução de produtos, a Nota Fiscal poderá ser devolvida ou ficará retida até que a substituição seja feita, na forma e prazo notificados pelo contratante;

3.9- Os produtos a serem entregues deverão estar dentro de validade de **no mínimo 06 (seis) meses** a contar da data de recebimento pela Fundação Crê-Ser.

Nádia Cota Guimarães
DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

MENOR PREÇO ITEM - UNITÁRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022
ABERTURA DOS ENVELOPES: ___/___/___.
HORÁRIO: ___:___ HORAS.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à Fundação Municipal Crê-Ser, em conformidade com o Edital de PREGÃO referenciado.

Para tanto, oferecemos a essa Fundação o valor global de **R\$** (.....) **para o (s) itens abaixo, preços unitários e totais**, observadas as informações e especificações de que trata o edital e seus anexos:

| ITEM | DESCRIÇÃO: | UND: | QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL | MARCA | R\$ UNITÁRIO | R\$ TOTAL |
|------|---|------|---------------------------|-------|--------------|-----------|
| 1 | ACHOCOLATADO 01 KG - achocolatado em pó vitaminado deverá ser obtido de matérias primas limpas isentas de matérias terrosas de parasitas detritos animais cascas de semente de cacau e outros detritos vegetais aspecto: pó homogêneo cor próprio do tipo cheiro característico e sabor doce próprio com umidade máxima de 3% ingredientes: açúcar cacau em pó solúvel e sal refinado não contém glúten - embalagem de 1kg | UND | 920 | | | |
| 2 | AÇÚCAR CRISTAL 05 KG - açúcar cristal 05 kg: nacional de primeira qualidade; obtido da cana-de - açúcar; com aspecto, cor, cheiro próprios, sabor doce ; com teor de sacarose mínimo de 99%p/p e umidade máxima de 0,3% p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em saco plástico, atóxico, contendo informação nutricional, validade mínima de 11 meses a contar da data de entrega. | PCT | 1000 | | | |
| 3 | AMENDOIM 500 GRS - amendoim cru, com casca, em grãos. subgrupo selecionado, classe clara. embalagem de plástico transparente contendo 500g. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. data de fabricação e validade impressas na embalagem. | PCT | 220 | | | |
| 4 | AMIDO DE MILHO - 1KG amido de milho- pó fino, branco inodoro e insípido; contendo cerca de 27% de amilose de amilopectina . de vera apresentar teor máximo de cinzas de 0,2 %, teor máximo de umidade de 14% pp, acidez máxima de 2,5 % v/p e 84% p/p de amido . não deverá apresentar impurezas visíveis ou sujidades. embalagem primaria de pacotes de polieteno, pesando 01 kg indelével, atóxicos, resistentes, hermeticamente selados, com informações nutricionais e ingredientes identificação de seu fabricante e ou componentes , validade mínima | UND | 600 | | | |

| | | | | | |
|----|---|-----|-------------|--|--|
| | 12 meses apos data de fabricação | | | | |
| 5 | ARROZ AGULHINHA TIPO 01 C 05KG - arroz, beneficiado e polido do tipo 1,deverá se apresentar em bom estado de conservação ;isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substancias nocivas a saúde. características organolépticas; aspecto: grãos, cor: característica; odor: característico ;sabor: característico. deverá apresentar-se com grãos inteiros e cozimento uniforme. Acondicionado em saco plástico transparente contendo informação nutricional, atóxico, limpo, não violado, resistente; embalagem secundaria-fardo lacrados.com validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega . | PCT | 1140 | | |
| 6 | BATATA PALHA 300 GRS FRESCA - batata palha, pacote de 300 gramas, fina, sequinha e crocante. produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralado tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal isento de ácidos graxos trans. | PCT | 550 | | |
| 7 | BICARBONATO DE SÓDIO - Bicarbonato de sódio de boa qualidade em embalagem contendo classificação do produto marca do fabricante data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega - embalagem com 80 grs | UND | 25 | | |
| 8 | BISCOITO CREAM CRACKER -1,5 kg biscoito tipo cream cracker :ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico, gordura vegetal hidrogenada, margarina vegetal, amido de milho, açúcar invertido, sal refinado, fermento biológico, de sódio, aromatizante, estabilizante, melhorador de farinha. o produto a ser entregue deverá estar identificado na embalagem, devendo constar rotulagem de acordo com a legislação vigente. prazo mínimo de validade de 6 meses de validade e data de fabricação de até 30 dias , embalagem de 1,5 kg. | UND | 500 | | |
| 9 | BISCOITO DOCE 1,5 KG - biscoito doce tipo rosquinha de coco, a base de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, leite de coco, coco ralado, sal, aroma artificial de coco. serão rejeitados biscoitos malcozidos, queimados e de características organolépticas anormais. embalagem: embalagem de 1,5 kg | UND | 500 | | |
| 10 | CAFE MOIDO E TORRADO 500GRS - café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo ou almofada standig pack, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon em menor percentual, tipo tradicional, ponto de torração claro ou médio. validade mínima de 12 meses da data de fabricação, selo de pureza da associação brasileira da indústria de café (ABIC) ou na ausência deste, apresentação de laudo emitidos por laboratórios credenciados junto ao ministério da saúde e/ou ministério da agricultura. a embalagem deverá conter todas as informações técnicas exigidas na descrição | PCT | 1100 | | |

| | | | | | | |
|----|--|-----|------------|--|--|--|
| | acima e, na ausência dessas informações deverá apresentar a ficha técnica do produto. pacote de 500g. | | | | | |
| 11 | CANELA EM PÓ -40 GRS - canela em pó de boa qualidade, em embalagem contendo classificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega. embalagem 40 grs | UND | 110 | | | |
| 12 | CANJICA GROSSA- 500 GRS canjica de milho branca, embalada em embalagem de plástico transparente contendo 500g. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. data de fabricação e validade impressas na embalagem. | PCT | 260 | | | |
| 13 | CANJQUINHA 1 KG - canjiquinha amarela, produzida com grãos selecionados, isentos de matéria terrosa, parasitas, larvas e sujidades. indústria brasileira. embalagem com identificação e especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade. deverá seguir as especificações de rotulagem de acordo com a legislação federal específica. embalagem plástica transparente atóxica, de 1 kg. | PCT | 350 | | | |
| 14 | CHÁ MATE TOSTADO - 250 GRS - chá de erva mate tostado, caixa com 250 gramas, erva mate queimado constituído de folhas novas; de espécimes vegetais genuínos ligeiramente tostados e partidos; de cor verde amarronzada escura; com aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de sujidades e larvas. | CX | 970 | | | |
| 15 | CHOCOLATE GRANULADO produto obtido de matéria prima de primeira qualidade, isento de sujidades. acondicionado em embalagem atóxica de 1 kg, identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. | UND | 300 | | | |
| 16 | CORANTE 1 KG - pó fino de cor vermelho alaranjado homogêneo, constituído por fuba de milho, pigmento de urucum, óleo de soja e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor do produto; contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. deverá conter a validade mínima de 06 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação. registro ms. embalagem 1000g. | UND | 300 | | | |
| 17 | CREME DE LEITE- 200 GRS - creme de leite; o produto lácteo relativamente rico em gordura retirada do leite por procedimento tecnologicamente adequados; que apresenta a forma de uma emulsão de gordura em água, não é permitida a adição de nenhum aditivo ou coadjuvantes para o creme pasteurizado -embalagem contendo 200 gramas. | UND | 700 | | | |
| 18 | DOCE DE LEITE PASTOSO - doce de leite pastoso - 500 grs deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. o leite empregado deverá apresentar-se normal e fresco. não poderá conter substâncias estranhas a sua composição normal além das previstas na nta 56. como | UND | 250 | | | |

| | | | | | | |
|----|---|-----|-------------|--|--|--|
| | coadjuvante da tecnologia de fabricação será tolerado o emprego de amido na dosagem máxima de 2% será proibido adicionar ao doce de leite gorduras estranhas, geleficantes ou outras substâncias, embora inócuas. | | | | | |
| 19 | EXTRATO DE TOMATE 340 GRS SACHE extrato de tomate, concentrado, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação, acondicionada em saches de 340 grs limpos, íntegros, resistentes. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. | UND | 1790 | | | |
| 20 | FARINHA DE MANDIOCA - 1 KG -farinha de mandioca : produto obtido das raízes de mandioca sadias, devidamente limpas, isento de insetos, materiais estranhos não podendo estar úmido. grupo seca, subgrupo fina, classe branca, tipo 1; embalagem atóxica, intacta, não violada, contendo informações sobre o produto, informação nutricional, prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega . | PCT | 870 | | | |
| 21 | FARINHA DE TRIGO - 1 KG farinha de trigo - 1 kg nacional de primeira qualidade. Obtida do trigo moído, limpo, desgeminado; cor branca isenta de sujidades, parasitas e lavras; livre de fermentação ;mofo, materiais terrosos, acondicionada em embalagem plástica ,atóxica,nao violada, com informação nutricional, validade mínima de 05 meses a contar da data de entrega; pacote 01 kg | PCT | 1100 | | | |
| 22 | FEIJAO CARIOQUINHA TIPO 1 - feijão carioquinha tipo 1, novo, constituído de grãos sãos, isento de material terroso, mofo, sujidades e mistura de outras variedades e especiais. acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, com informação nutricional e prazo de validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. pacote 01 kg . | PCT | 1530 | | | |
| 23 | FERMENTO EM PÓ DE 250 GRS produto formado da substância ou mistura de substâncias químicas em pó que pela influência do calor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. embalagem contendo 250 gramas. | UND | 650 | | | |
| 24 | FUBÁ - 1 KG fubá de milho -fabricado a partir do grão de milho são limpo, moído, de cor amarela, com aspecto, cor ,cheiro e sabor próprios ; com ausência de umidade, fermentação, ranço; isento de sujidades, matéria terrosa e parasitas e larvas; validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega; acondicionado em saco plástico transparente; atóxico, com informação nutricional. | PCT | 1100 | | | |

| | | | | | | |
|----|--|-----|-------------|--|--|--|
| 25 | GELATINA EM PÓ -35 GRS pó para preparo de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante ácido cítrico, aromatizantes artificiais de sabores diversos.com ausência de sujidades, parasitos e larvas. composição nutricional contendo carboidrato, proteína, zero gorduras totais-bem -35 grs | CX | 100 | | | |
| 26 | IORGUTE POLPA DE FRUTAS, BANDEJA COM 6 UNIDADES - logurte com Polpa de Frutas: logurte líquido com polpa de frutas; sabores diversos; bandeja de 540g, contendo identificação do produto, fabricante, prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de fabricação, composição nutricional e peso líquido. Suas condições deverão estar de acordo com a Resolução 273/05 da Anvisa/MS. | BDJ | 320 | | | |
| 27 | LEITE CONDENSADO - leite condensado, constituído de leite padronizado, açúcar e lactose. embalado em lata de 395g rotulada com papel impresso, de 1ª qualidade. | UND | 700 | | | |
| 28 | LEITE EM PÓ INTEGRAL 400 G - leite em pó integral, solúvel, instantâneo, acondicionado em embalagem de polipropileno com aproximadamente 400 grs. produzido a partir de matérias sãs e limpas, ausente de corpos estranhos, sem adição de soro de leite, enriquecido de Vitaminas A,C,D, riboflavina b2,piridoxina b6,cobalamina b12,niacina pp, ácido fólico b9,minerais:ferro ,iodo e zinco, sódio e cálcio, carboidratos, proteínas, gorduras não contem glúten com registro no ministério agricultura | PCT | 850 | | | |
| 29 | LEITE INTEGRAL 01 LT - leite integral contendo 12 caixas de boa qualidade. a embalagem deve conter marca da fabricante data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 meses; caixa com 12 unidades contendo 01 lt cada unidade. embalado em caixa (01) litro multilaminada, cartonada, asséptica, impermeável ao ar, luz e microrganismos, tipo tetra pack. | CX | 110 | | | |
| 30 | MACARRÃO MASSA COMPRIDA C OVOS - 500 GRS macarrão massa comprida c/ ovos - 500 grs: deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos ;admitindo umidade máxima de 13% ;acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, com informação nutricional, com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega. pacote 500 grs . | PCT | 1740 | | | |
| 31 | MACARRÃO MASSA CORTADA C OVOS - 500 GRS macarrão massa cortada c/ ovos - 500 grs: deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos; admitindo umidade máxima de 13%acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, com informação nutricional; com validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega. pacote de 500 grs. | PCT | 1740 | | | |

| | | | | | | |
|----|--|-----|-------------|--|--|--|
| 32 | MAIONESE 500 GRS - mistura industrializada de vinagre ou suco de limão em óleo vegetal refinado, acrescida e emulsificada com gemas de ovos, homogeneizado, contendo ainda sal, açúcar e condimentos. a embalagem deverá conter 500g, com data de fabricação, prazo de validade e nº de lote. | UND | 550 | | | |
| 33 | MARGARINA VEGETAL 500G margarina vegetal 500g; margarina c/sal com 60% a 80%de lípidos. apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis- devera conter validade no produto. | UND | 1150 | | | |
| 34 | MILHO PARA PIPOCA 500G - milho para pipoca tipo 1 preparados com matérias-primas são limpas isentas de matérias terrosas e parasitos e de detritos animais ou vegetais com no máximo de 15% de umidade. Embalagem 500 grs. Deverá conter na embalagem data de validade | PCT | 650 | | | |
| 35 | MILHO VERDE 200GRS - milho verde de boa qualidade em conserva, lata ou sachê, em embalagem contendo marca do fabricante, data de fabricação, com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega. embalagem 200 grs | UND | 700 | | | |
| 36 | MISTURA PARA BOLO - 400 GRS mistura para preparo de bolos: mistura para o preparo de bolo com leite e ovos. sabores diversos; validade 12 meses a partir da data de fabricação. embalagem de 400 grs, contendo marca e dados nutricionais. | PCT | 1070 | | | |
| 37 | OLEO DE SOJA 900ML óleo de soja 900 ml: obtido de espécie vegetal; isento de ranço e substancias estranhas; validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega; acondicionado em embalagem apropriada, não violada, com informação nutricional; suas condições deverão estar de acordo com a nta-50 (decreto 12.486 de 20/10/78) unidade de frasco 900 ml | UND | 2300 | | | |
| 38 | ORÉGANO 10 GRAMAS - oregano 10 grs- folhas secas, obtido de espécimes vegetais genuinos, graos saos e limpos, de coloracao verde pardacenta, com cheiro aromático e sabor próprio, isento de sujidades e materiais estranhos a sua especie, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico plástico hermeticamente vedado. | PCT | 15 | | | |
| 39 | POLVILHO AZEDO - 1 KG Polvilho azedo de boa qualidade em embalagem contendo marca do fabricante data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega - embalagem 01 kg | UND | 600 | | | |
| 40 | QUEIJO - Queijo tipo canastra com registro no SIF ou SISF produto elaborado unicamente com leite de vaca com aspecto de massa semi-dura cor branco creme homogênea cheiro próprio sabor suave levemente salgado próprio Fornecido conforme quantitativo da NAF | KG | 60 | | | |

| | | | | | | |
|----|--|-----|------------|--|--|--|
| 41 | SAL REFINADO- 1 KG - sal refinado-iodado, no mínimo, 96,95 % de cloreto de sódio e sais de iodo, acondicionados em saco polietileno resistente e vedado, contendo informação nutricional; com validade de no mínimo 10 meses a contar da data de entrega. características organolépticas; aparências; cristais de granulação uniforme, não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor branca; sabor; característica salino. | PCT | 600 | | | |
| 42 | SUCO CONCENTRADO CAJÚ 1L - suco concentrado, sabor caju, embalado em garrafa pet de 500ml. composição mínima: água, suco de fruta concentrado e integral. pasteurizado e homogeneizado, não fermentado e não alcoólico. não deve conter glúten, tampouco adição de açúcar. a embalagem deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, lote, número do registro no ministério de agricultura, pecuária e abastecimento (mapa). validade mínima de 6 meses. aceitáveis como conservantes: metabissulfito e benzoato de sódio; acidulante: ácido cítrico; estabilizante: goma xantana. | UND | 600 | | | |
| 43 | SUCO CONCENTRADO GOIABA 1L - suco concentrado, sabor goiaba, embalado em garrafa pet de 500ml. composição mínima: água, suco de fruta concentrado e integral. pasteurizado e homogeneizado, não fermentado e não alcoólico. não deve conter glúten, tampouco adição de açúcar. a embalagem deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, prazo de validade, lote, número do registro no ministério de agricultura, pecuária e abastecimento (mapa). validade mínima de 6 meses. aceitáveis como conservantes: metabissulfito e benzoato de sódio; acidulante: ácido cítrico; estabilizante: goma xantana. | UND | 600 | | | |
| 44 | TEMPERO PRONTO ALHO E SAL - 1 KG tempero pronto alho e sal de boa qualidade em embalagem contendo marca do fabricante data de fabricação com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses da data de entrega sem pimenta valor nutricional em 5g: 1g de carboidrato máximo de 5mg colesterol 1685mg de sódio - embalagem 1kg | UND | 450 | | | |
| 45 | VINAGRE 750 ML vinagre 750 ml: produto obtido exclusivamente a partir do fermentado do vinho branco. acondicionado em frasco plástico, com tampa não violada, hermeticamente fechado, contendo informação nutricional. validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega. unidade de fornecimento: frasco de 750 mL . | UND | 800 | | | |

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da proposta, observado o disposto no *caput* e parágrafo único do art. 110 da Lei nº. 8.666/93.

O fornecimento dos produtos será feito em conformidade com as exigências do edital e anexos;

Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas aos fornecimentos, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Dados da empresa

- a) Razão Social: _____
b) CNPJ n.º: _____ Insc. Estadual n.º.: _____
c) Endereço: _____
d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____
e) Município: _____ Estado: _____ CEP: _____
f) Banco _____ Agência n.º: _____ Conta n.º: _____

Dados do responsável legal para assinatura da Ata de RP ou contrato

- a) Nome _____
b) CPF _____ CI _____;
c) Endereço: _____;
d) Telefone contato; _____

Dados do responsável legal para contatos com a Fundação Municipal Crê-Ser

- a) Nome _____
b) Telefone contato; _____
c) Email. _____

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF n.º _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta proposta e, assumo perante o Fundação Crê-Ser o compromisso de fornecer o objeto no prazo e condições especificadas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome / Assinatura
(representante legal)

ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO n.º ____/2022

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, com sede administrativa na Rua Palmas, 214, Baú, 35.930-468, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º. 21.857.271/0001-38, neste ato representado pelo DIRETORA EXECUTIVA, Sr.^a _____, identidade M – _____, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, _____, bairro _____, no município de _____, neste ato, representada pelo _____, portador da Cédula de identidade _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º. _____, residente e domiciliado na _____, daqui por diante, denominada FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal n.º. 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, Decreto Municipal 123/2020, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Procuradoria Jurídica do Município, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º. 8.666, de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição futura e parcelada de gêneros alimentícios para atender às necessidades dos Núcleos Comunitários e Unidade Acolhedora da Fundação Municipal Crê-Ser por um período de 12 (doze) meses.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico n.º 01/2022** para Registro de Preços e seus Anexos, **processo licitatório n.º. 01/2022**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial do município e quadro (Hall da Fundação Municipal Crê-Ser) e encontram-se indicados na planilha anexo, observado a proposta comercial apresentada e o mapa de apuração de lances, parte integrante do processo.

4.2. Decorrido o prazo de conferência 05 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante a Fundação Municipal Crê-Ser, o pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Fundação Municipal Crê-Ser, por processo legal, em até 10 (dez) dias após o recebimento do documento fiscal, devidamente atestado, pela Comissão de Recebimento de Material e acompanhado das certidões de regularidade trabalhista, regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à seguridade social, vigentes, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal do Contrato;

4.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

4.4. A Fundação Municipal Crê-Ser, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

4.5. O pagamento devido pela Fundação Municipal Crê-Ser será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

4.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato;

4.7. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará a Fundação Municipal Crê-Ser, plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

4.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

4.9. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

4.10. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da ata ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.11. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, conforme previsão na alínea “d”, artigo 65, da Lei 8666/93;

4.12. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.12.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

5. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1 O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2 Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo FORNECEDOR, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3 Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do FORNECEDOR for apresentada ou chegar ao conhecimento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, esta comunicará ao FORNECEDOR por escrito para que tome as

providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo FORNECEDOR não o eximem das responsabilidades assumidas perante a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo FORNECEDOR, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do FORNECEDOR;
- b) medida judicial apropriada, a critério da FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER.

6. DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o FORNECEDOR, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o FORNECEDOR, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for caso de reincidência e o fornecedor tiver comunicado à Fundação Municipal Crê-Ser, em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1 Pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER:

- a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;
- b) o FORNECEDOR se recusar a receber a NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, salvo se comprovado anterior a emissão desta, justificativa circunstanciada do mesmo, aceita pela Fundação Municipal Crê-Ser;

- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa do contrato, quando for o caso, decorrente do registro de preços;
- d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do subitem 6.1;
- e) o FORNECEDOR não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público;
- g) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- h) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços.

6.2.2 Pelo FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio da Autorização de Fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.2.3 O cancelamento ou a suspensão, pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.2.4 A comunicação do cancelamento de preço registrado será formalizada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER e publicada no Diário Oficial do Município www.diariomunicipal.com.br/amm-mg e no hall de entrada da Fundação.

7. DAS MULTAS E PENALIDADES

7.1. O FORNECEDOR, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Fundação Municipal Crê-Ser, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registro de Preços e demais cominações legais.

7.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento da presente contratação:

- a). 1% (um por cento) por dia de atraso no fornecimento, ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, calculado sobre o valor total da AF, até o máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- b). 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, na hipótese do FORNECEDOR injustificadamente desistir do registro ou der causa a sua revogação, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

7.3. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo FORNECEDOR no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

7.5. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER ao FORNECEDOR, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do FORNECEDOR e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER.

7.6. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o FORNECEDOR da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

7.7. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços,

- b) prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- c) emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos fornecimentos, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
- d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- e) assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Fundação Municipal Crê-Ser, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- f) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedor Registrada;
- h) a fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução do fornecimento.

8.2. São obrigações do fornecedor registrado:

- a) assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação;
- b) manter, durante a vigência da ata de registro de preço, a condição de habilitação exigida no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
- c) comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
- d) atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
- e) abster-se de transferir, direito ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
- f) demais obrigações previstas no termo de referência.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata será divulgada em Imprensa Oficial do município e no hall da Fundação Municipal Crê-Ser.

10. DAS IMPUGNAÇÕES AOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. A impugnação aos preços registrados, em razão da incompatibilidade destes com os preços praticados no mercado, poderá ser interposta por qualquer cidadão, durante a vigência desta Ata, devendo atender aos seguintes requisitos de admissibilidade:

10.1.1. Ser protocolizada junto à Comissão de Pregão, na sede da Fundação Municipal Crê-Ser, situada na Rua Palmas, 214, Bairro Baú, CEP 35.930-468;

- a) A Fundação Municipal Crê-Ser não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas entregues em locais diversos do mencionado no item acima e que, por isso, não sejam protocolizadas na vigência da Ata de Registro de Preços.

10.1.2. Ser dirigida à Comissão de Pregão, que, cumpridos os requisitos de admissibilidade, decidirá a respeito, devendo, uma vez comprovada a procedência do pedido, tomar, inicialmente, conforme o caso, as medidas constantes dos itens 17.14 e 17.15 do Título XVII do Edital;

- a) a decisão da Comissão de Pregão 2022 será enviada ao impugnante via fax ou correio eletrônico.

10.1.3. Conter o número da Ata de Registro de Preços a qual se refere, com a descrição do objeto e a identificação do(s) item(s) cujo(s) preço(s) esteja(m) sendo impugnado(s);

10.1.4. Conter o nome completo, a qualificação, cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física e o endereço do impugnante;

10.1.5. Conter provas da incompatibilidade do preço impugnado, por meio de pesquisa atualizada do mercado.

11. DO FORNECIMENTO

11.1. As entregas serão realizadas no Almojarifado da Fundação Municipal Crê-Ser, situado à Rua Palmas, n.º 214, Bairro Baú, João Monlevade, MG, CEP 35930-468, no horário de 07:30 às 10:30 e de 13:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira.

11.2 - O recebimento dos materiais se fará por funcionário do local, designado para esse fim, com competência para conferir, receber; aceitar e ou rejeitar os produtos entregues;

11.3 - A Contratada é obrigada a substituir de imediato, às suas expensas, os produtos em que se verificarem irregularidades.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir, na esfera judicial as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de João Monlevade - MG.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo, tendo sido arquivada uma via no Setor de Compras da Fundação Municipal Crê-Ser.

João Monlevade, ____ de _____ 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fundação Municipal Crê-Ser
ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

C.P.F.

C.P.F.



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
.....QUE ENTRE SI FAZEM A
FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ- SER E A EMPRESA
.....

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, com sede administrativa na Rua Palmas, 214, Baú, 35.930-468, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.857.271/0001-38, neste ato representado pelo DIRETORA EXECUTIVA, Sr.ª _____, identidade _____ doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, _____, bairro _____, no município de _____, neste ato, representada pelo _____, portador da Cédula de identidade _____, inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, residente e domiciliado na _____, daqui por diante, denominada CONTRATA, resolvem na forma da pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, celebram o presente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

A presente contratação origina da Ata de Registro de Preços n.º/...../2022, decorrente do Processo Licitatório nº/2022 modalidade **Pregão Eletrônico nº. 01/2022**, de/...../2022, homologado em/...../2022, fundamentado na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 15/2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº.8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. A presente contratação tem por objeto A AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS E UNIDADE ACOLHEDORA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRE-SER por um período de 12 (doze) meses.

2.2. As quantidades descritas são ESTIMATIVAS para fornecimento pelo período de 12 (doze) meses, com entregas em períodos alternados e quantidades definidas de acordo com as necessidades da Fundação

Municipal Crê-Ser. O presente contrato NÃO OBRIGA a Fundação Municipal Crê-Ser a aquisição total do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição do objeto deste, o Contratante estima pagar a Contratada, o valor global de **R\$** (.....); sob a classificação – 0824308072124 – Manutenção Unidade Acolhedora – ficha 22 – Material de Consumo; Manutenção dos Núcleos Comunitários – ficha 45 – Material de Consumo.

4.2 –O valor do pagamento será contabilizado mediante às Autorizações de Fornecimento emitidas pelo Setor de Compras da Fundação Municipal Crê-Ser, .

4.2. Decorrido o prazo de conferência 05 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante a Fundação Municipal Crê-Ser, o pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Fundação Municipal Crê-Ser, por processo legal, em até 10 (dez) dias após o recebimento do documento fiscal, devidamente atestado, pelo Almojarifado e acompanhado das certidões de regularidade trabalhista, regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à seguridade social, vigentes, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores;

4.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

4.4. A Fundação Municipal Crê-Ser, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

4.5. O pagamento devido pela Fundação Municipal Crê-Ser será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

4.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato;

4.7. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará a Fundação Municipal Crê-Ser, plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

4.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

4.9. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

4.10. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do Contrato ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.11. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata, na ocorrência de fato

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1 O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2 Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo FORNECEDOR, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3 Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do FORNECEDOR for apresentada ou chegar ao conhecimento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, esta comunicará ao FORNECEDOR por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo FORNECEDOR não o eximem das responsabilidades assumidas perante a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo FORNECEDOR, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do FORNECEDOR;
- b) medida judicial apropriada, a critério da FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

6.1. O Contrato será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o FORNECEDOR, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o FORNECEDOR, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for caso de reincidência e o fornecedor tiver comunicado à Fundação Municipal Crê-Ser, em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O Contrato será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1 Pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER:

- a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;

- b) o FORNECEDOR se recusar a receber a NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, salvo se comprovado anterior a emissão desta, justificativa circunstanciada do mesmo, aceita pela Fundação Municipal Crê-Ser;
- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa do contrato;
- d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do subitem 6.1;
- e) por razões de interesse público;
- g) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;

6.2.2 Pelo FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio da Autorização de Fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste Contrato;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.2.3 O cancelamento ou a suspensão, pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.2.4 A comunicação do cancelamento do Contrato será formalizada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER e publicada no Diário Oficial do Município www.diariomunicipal.com.br/amm-mg e no hall de entrada da Fundação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES

7.1. O FORNECEDOR, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Fundação Municipal Crê-Ser, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

7.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento da presente contratação:

- a). 1% (um por cento) por dia de atraso no fornecimento, ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, calculado sobre o valor total da AF, até o máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- b). 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, na hipótese do FORNECEDOR injustificadamente desistir do registro ou der causa a sua revogação, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

7.3. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pelo FORNECEDOR no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

7.5. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER ao FORNECEDOR, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do FORNECEDOR e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER.

7.6. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o FORNECEDOR da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados a FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

7.7. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) gerenciar o Contrato,
- b) prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- c) emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos fornecimentos, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
- d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas no Contrato, no instrumento convocatório e seus anexos;
- g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor CONTRATADO;
- h) a fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor CONTRATADO pela completa e perfeita execução do fornecimento.

8.2. São obrigações do fornecedor CONTRATADO:

- a) assinar o Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação;
- b) manter, durante a vigência do Contrato, a condição de habilitação exigida no Edital e no presente contrato;
- c) comunicar ao CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do Contrato;
- d) atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do Contrato;
- e) abster-se de transferir, direito ou obrigações decorrentes do Contrato sem a expressa concordância da CONTRATANTE.
- f) **As entregas se darão por conta e responsabilidade do CONTRATADO e o mesmo deverá disponibilizar uma balança digital específica para alimentos, devidamente aferida, para que no ato da entrega dos produtos, seja realizada a pesagem dos mesmos.**
- g) O contratado deverá manter os produtos em adequadas condições de higiene durante o manuseio, acondicionamento e transporte, utilizando veículos, vasilhames, embalagens e outros meios em condições que assegurem a necessária qualidade dos alimentos.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A presente Contrato será publicado em Imprensa Oficial do município e no hall da Fundação Municipal Crê-Ser.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORNECIMENTO

10.1. As entregas serão realizadas no Almoxarifado da Fundação Municipal Crê-Ser, situado à Rua Palmas, n.º 214, Bairro Baú, João Monlevade, MG, CEP 35930-468, no horário de 07:30 às 10:30 e de 13:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira.



10.2 - O recebimento do objeto se fará por funcionário do local, designado para esse fim, com competência para conferir, receber; aceitar e ou rejeitar os produtos entregues;

10.3 - A Contratada é obrigada a substituir de imediato, às suas expensas, os produtos em que se verificarem irregularidades.

10.4- A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de João Monlevade para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente Contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

João Monlevade, _____ 2022.

HELENITA PINTO MELO LOPES

Fundação Municipal Crê-Ser

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

C.P.F.

Nome:

C.P.F.